

Motrivivência v. 26, n. 42, p. 41-54, junho/2014

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p41>

ESTADO COSMOPOLITA, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A TERCEIRA VIA: o esporte enquanto Política Social

Carlos Eduardo de Souza¹

RESUMO

O texto que se segue busca contribuir para uma melhor compreensão do papel dos Organismos Internacionais na (re) afirmação do atual “bloco histórico” e problematizar os fundamentos do “cosmopolitismo” defendido pela Terceira Via. Foram analisados dois documentos. O primeiro publicado pela UNESCO e o segundo pela ONU. Tais documentos atribuem à “cultura esportiva” a tarefa de corrigir as distorções sociais, organizar a sociedade civil tornando-a mais coesa, difundir uma cultura de paz e tolerância. Portanto, o esforço foi de apreender os principais objetivos e diretrizes contidos nesses documentos para a construção das atuais políticas públicas de esporte e a “nova” sociabilidade em curso.

Palavras-chave: Estado; Organismos Internacionais; Políticas Públicas; Esporte; Cultura de Paz.

1 Mestre em Educação. Professor do Curso de Educação Física da Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP), Além Paraíba, Brasil.
E-mail: kadusjn@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A combinação entre preceitos da “eficiência econômica capitalista” e valores sociais de defesa à vida se constituiu em princípios do programa neoliberal da Terceira Via. Em linhas gerais, trata-se de um projeto que reorientou a posição política da burguesia: não bastava mais ser apenas dominante, a classe deveria assumir a condição de dirigente, restaurando a coesão cívica nos marcos do próprio sistema.

Essa concepção política e os apontamentos para a reforma, tanto da aparelhagem de Estado quanto da sociedade civil baseiam-se em grande parte nas sistematizações de Anthony Giddens. Para a Terceira Via, o Estado não pode ser mínimo, como propõe a ortodoxia neoliberal, nem máximo, como defendia a social-democracia ao longo do século XX. Isso fica evidenciado na seguinte afirmação:

Os neoliberais querem encolher o Estado; os social-democratas, historicamente, têm sido ávidos por expandi-lo. A Terceira Via afirma que o que é necessário é reconstruí-lo – ir além daqueles da direita *que dizem que o governo é o inimigo*, e daqueles da esquerda *que dizem que o governo é a resposta* (GIDDENS, 2005, p.80 – grifos no original).

As atuações dos Organismos Internacionais estão, quase sempre, circunscritas em ações simbólicas e materiais, estabelecendo pontos e diretrizes que devem ser seguidos pelos Estados-nação. Nesse sentido, é comum a realização de encontros,

simpósios, conferências mundiais, cartas, manifestos, agendas e declarações².

Tais eventos e documentos sempre tiveram como pauta a economia, as políticas sociais, as culturas em gerais e, nos anos finais do século XX, um forte apelo ao desenvolvimento da tolerância entre os povos e indivíduos, assim como a construção da cultura de paz no mundo. Segundo a “*Declaração de Princípios sobre a Tolerância*”, aprovada em 1995 pela “Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura” (UNESCO):

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz (UNESCO, 1995, p.11).

Dentro dessa perspectiva, a década de 2001-2010, foi declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como um tempo privilegiado para a construção da cultura de paz e não-violência. Nesse sentido, segundo a “Organização das Nações Unidas” (ONU), as lideranças e forças sociais do mundo inteiro deveriam se preocupar em fortalecer ainda mais o movimento global

2 São exemplos emblemáticos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); Carta Internacional da Educação Física e Esporte (UNESCO, 1978); Manifesto 2000 – Por uma Cultura de Paz e Não-Violência (Grupos dos Prêmios Nobel), entre outros.

em prol da paz e da tolerância; os Estados membros devem aderir sem restrições a esse movimento; a UNESCO deve promover ações e documentos em diversos idiomas para o fortalecimento dessa ideia, o mesmo se espera do “Fundo das Nações Unidas para a Infância” (UNICEF) e “Fundo das Nações Unidas para as Mulheres” (UNIFEM); os diferentes governos devem incentivar as escolas de ensino fundamental a incluírem nas suas aulas lições sobre o entendimento da tolerância, cidadania ativa, direitos humanos e a promoção de uma cultura de paz; a sociedade civil, principalmente as organizações não-governamentais, devem adequar suas ações ao objetivo da década e ajudar na complementação de ações do Estado que visem a construção da tolerância e da paz; a mídia eletrônica, auditiva e visual deve estar em concordância com essas ideias e do mesmo modo desenvolver ações para ratificá-las; aceitar o dia 21 de setembro de cada ano como a data internacional da construção da paz; os Estados membros, assim como a sociedade civil de cada Estado, devem informar ao secretário geral da ONU suas ações e resultados no que concerne a suas intervenções de acordo com a observância da década.

Portanto, são várias as mediações, ações e formas de controle para assegurar que os Estados-nação se comprometam com tal perspectiva. Em particular, as diretrizes advindas dos Organismos Internacionais que buscam dar forma e conteúdo às políticas sociais de esporte, principalmente, nos países de capitalismo periférico, tornam-se campo fecundo para refletirmos

sobre a nova reconfiguração da dinâmica do poder nas sociedades contemporâneas, marcadas pelo fenômeno da globalização e do não conflito.

O esporte enquanto Política Social

No ano de 2001, houve um grande esforço da UNESCO, em parceria com entidades de origem francesa, com o próprio governo Francês e outras organizações internacionais para a realização de um encontro, que congregou cerca de quinhentos jovens de cinquenta e cinco nacionalidades espalhadas nas cinco principais regiões do planeta. Intitulado “Encontro Internacional da Amizade”, teve como objetivo principal incentivar a paz entre os povos e o respeito ao Estado de direito, assim como promover a colaboração entre as nações, contribuindo para a segurança mundial. O esporte, tido por muitos como uma linguagem universal, foi a principal pauta desse encontro³.

O “Encontro Internacional da Amizade” contou, também, com a participação de educadores que tinham a tarefa de propor ideias inovadoras que ratificassem a importância dos esportes na construção de uma “cultura de paz”. Uma série de critérios foram criados para a definição de quem seriam esses jovens e educadores: gozar de boa saúde, apresentar espírito de equipe, ter o desejo de partilhar e ser solidário, ter tido experiências prévias com os esportes, participação ativa na vida das suas escolas de origem, ter disponibilidade e vontade para promover cooperação internacional.

3 Entre as cinquenta e cinco diferentes nacionalidades presentes no encontro, podemos citar: Brasil, Argentina, Canadá, França, Alemanha, Haiti, Israel, México, Nicarágua, Portugal, entre outros.

Além disso, era necessário que os jovens tivessem suas mentes abertas e a “curiosidade genuína” de encontrar com jovens de outros países, portadores de vários outros costumes e representações.

Deste modo garante-se, em prol da ótica e das considerações do capital, a formação de um importante contingente de “intelectuais orgânicos” com perfil quase que ideal para exercer a tarefa de difusão e sustentação das temáticas e ações que foram elaboradas no decorrer do encontro.

Para John Daniel (In. UNESCO, 2001), diretor geral de educação da UNESCO, o “Encontro Internacional da Amizade” foi importante para difundir e incentivar o mundo a cultivar a solidariedade, a partilhar a amizade e a construir uma cultura de paz baseada na tolerância, no espírito de equipe e no respeito à diversidade. Ainda, segundo John Daniel, o esporte é um meio privilegiado para disseminar esses valores:

Através da atividade os jovens podem perceber a importância e os valores que são universalmente compartilhados através do esporte – uma mente saudável em um corpo saudável –, que é essencial para o desenvolvimento intelectual e físico dos jovens e de toda a humanidade. A variedade dos esportes e das culturas revelaram a dimensão das suas necessidades e expectativas, gerando um impacto que excedeu largamente as nossas esperanças e metas defendidas (In. UNESCO, 2001, p.4).

A metodologia e a programação do encontro que buscou envolver os jovens participantes tiveram como eixo central as discussões e ações para reforçar a “importância” do esporte na construção da cidadania. Sendo assim, as atividades durante o encontro foram divididas da seguinte forma: prática esportiva, atividades culturais e formação intelectual. Vejamos as tabelas abaixo.

Tabela 1: Metodologia e objetivos a partir da prática esportiva.

Grupos	Esportes	Objetivos	Metodologia
Grupo A: Esportes em equipe.	Futebol Rugby Hockey	Desenvolverem juntos: o <i>fair play</i> ; o respeito pelas regras; a tolerância com as meninas. A idéia, principal, é trabalhar a ideia de unidade e desenvolver a “vontade de cooperar”.	As equipes deveriam ser compostas por jovens de diferentes países e sempre respeitando as regras originais de cada esporte.
Grupo B: Novas experiências.	Remo Kayak Golf Esgrima	Introduzir nos jovens novas experiências esportivas, trazendo a tona “a beleza da descoberta”.	*
Grupo C: Esportes e jogos tradicionais.	*	Reforçar valores e o dialogo intercultural.	Os participantes formaram equipes pequenas e envolvido em uma variedade de jogos que requerer perícia, a solidariedade, a criatividade e iniciativa.

Fonte: *Elaboração própria do autor a partir do documento da UNESCO (2001).*

*Não há dados disponíveis.

Tabela 2: Metodologia e objetivos a partir das atividades culturais.

Atividades culturais	Objetivos	Metodologia
Bateria e dança africana; música e dança inglesa; hip hop; pratos tradicionais da cultura inglesa.	Promover espírito de solidariedade, cooperação e tolerância. Compartilhar um momento de alegria e amizade.	Sob a orientação de especialistas, os jovens criaram um “criativo workshop”, que ajudou a aprimorar um diálogo intercultural.

Fonte: *Elaboração própria do autor a partir do documento da UNESCO (2001).*

Tabela 3: Metodologia e objetivos a partir da formação intelectual.

Temas	Objetivos	Metodologia
Tema A: Esporte, prevenção e saúde.	Evidenciar os benefícios físicos que se adquire com a prática esportiva.	1- Os debates foram organizados entre os jovens participantes, atletas de alto nível e especialistas em esportes. Eles se concentraram sobre a dimensão ética e humanista relacionadas a prática esportiva.
Tema B: Acesso e igualdade de gênero.	Evidenciar a importância das estruturas esportivas e reconhecer a mulher como parceira na competição.	2- Antes do encontro os participantes tinham preparado contribuições sobre os temas em seus países de origem. Os pensamentos e observações que trouxeram para os debates foram utilizados como um trampolim para as discussões.
Tema C: Cultura da não violência e o <i>fair play</i> .	Reconhecer que o esporte é um facilitador decisivo na construção da cidadania e um veículo privilegiado para a promoção da paz, justiça e tolerância.	3- Os participantes foram divididos em grupos de 30 membros, sob a orientação de um especialista no domínio em causa.
Tema D: Integração através do esporte.	Reconhecer a capacidade do esporte em aglutinar diferentes setores da sociedade.	

Fonte: *Elaboração própria do autor a partir do documento da UNESCO (2001).*

Nota: Todos os debates resultaram na elaboração de encaminhamentos que deram origem ao “apelo da juventude”. Documento que trataremos mais a diante.

Tais diretrizes e valores vinculados à cultura esportiva durante a realização do “Encontro Nacional da Amizade” encontram-se em plena concordância com o projeto político da Terceira Via. De acordo com Giddens (2001), um dos principais desafios da humanidade para o século XXI consiste em construir uma maior integração global além de enfrentar as transições que estão ocorrendo na sociedade mundial. Segundo o autor, “numa sociedade pós-tradicional, a autoridade não pode ser legitimada por

símbolos tradicionais” (GIDDENS, 2005, p.82). Desta forma, o esporte é visto como um dos símbolos não tradicionais para afirmação da autoridade, isto é, da direção intelectual e moral de uma classe sobre o conjunto da sociedade.

Ainda, segundo o autor, o mundo passa contar com um “maremoto de globalização a partir de baixo”. São milhares de organismos localizados na sociedade civil global. Nesse sentido, a ação principal da Terceira Via para o desenvolvimento global

é promover aquilo que se espera que aconteça em níveis locais e nacionais, ou seja, “uma ordem global saudável” buscando “alcançar um equilíbrio [harmônico] entre o governo, a economia e a sociedade civil” (GIDDENS, 2001, p.126) em favor da cultura de paz. Destaca-se nesse processo as ações dos Organismos Internacionais, especialmente a UNESCO, BM e FMI. Nesse sentido, Melo (2005) afirma que:

A presença de “novos atores sociais” [...] começa a ser louvada como uma saída para a ineficiência do Estado que sempre comparado a um animal grande, pesado, sem agilidade e ineficiente, seria o grande opositor das reformas sociais por vir. Essa presença de novos sujeitos políticos coletivos não só é reconhecida pelo Banco Mundial como são estimuladas cada vez mais as ações de associações de natureza extra-econômica na condução de diversas políticas sociais (p. 73-74).

O texto produzido pelos jovens no final do “Encontro Internacional da Amizade”, intitulado “Apelo da Juventude”, traduz muito bem a opção político-econômica do bloco histórico mundial de envolver a sociedade civil na execução de políticas sociais e de criar responsabilidades nos indivíduos. O documento foi dirigido aos jovens, educadores, organizações e autoridades nacionais e internacionais responsáveis por elaborar políticas. O texto carrega uma mensagem de paz, solidariedade e a necessidade da cooperação internacional. Enfatiza a importância dos esportes na integração dos jovens na sociedade e o respeito à pluralidade⁴.

Portanto, segundo as determinações da UNESCO, o esporte torna-se instrumento pedagógico privilegiado para a formação ético-política, em nível global, dos diferentes atores sociais. Dentro desse processo – de educar o mundo para uma nova sociabilidade – o esporte ganha dimensões e aspectos que visam amoldar corações e mentes dentro de uma gama de normas, valores e condutas importantes para a dominação de classe e a universalização de um modo de agir e pensar.

Além disso, a hegemonia sobre o prisma da Terceira Via precisa estar sedimentada em um mundo mais cosmopolita. Para Giddens (2005), o patriotismo de Estado pode exacerbar o sentimento nacionalista e criar conflitos, rompendo com a salutar diplomacia entre as nações, “os aspectos divisórios do nacionalismo não vão desaparecer, é claro. Mas é exatamente de uma versão mais cosmopolita de nacionalidade que necessitamos para mantê-los sob controle” (p.141). O autor completa afirmando que o Estado forte não é aquele extremamente preparado para a guerra, mas sim aquele que aceita os limites da soberania.

Deste modo, a palavra divisas – “a defesa das divisas territoriais gera extrema violência” – deve ser substituída por fronteiras: “as divisas dos Estados atuais estão se tornando fronteiras por causa de seus laços com outras regiões e seu envolvimento com agrupamentos transnacionais de todos os tipos” (GIDDENS, 2005, p.142). A União Européia, para o autor, é um marco

4 O “Apelo da Juventude” foi redigido por uma comissão formada por onze estudantes, presentes no Encontro Internacional da Amizade, representando as cinco regiões do mundo. O apelo foi escrito em inglês e francês, sob a orientação da UNESCO.

importante para o desenvolvimento dessa política. Diferentemente do neoliberalismo ortodoxo, a Terceira Via quer propor saídas coletivas para os problemas sociais mundiais.

Giddens (2005) afirma que o cosmopolitismo assegura os aspectos ativos de uma nação, porém, “hoje, identidades nacionais devem ser sustentadas num meio colaborativo, em que não terão o nível de exclusividade que tiveram outrora, e em que outras lealdades existem a seu lado” (p.146). A construção da nação deve estar circunscrita na solidariedade e respeito em relação às demais, não prevalecendo os antagonismos: “o resultado disso, como em outras áreas da sociedade, é uma construção mais aberta e reflexiva da identidade nacional – que assinala o que a nação tem de distintivo e suas aspirações, numa forma menos convicta que antes” (p.146). A enunciada “linguagem universal do esporte” contemporâneo pode contribuir nesse processo.

Para Poulantzas (2000), analisar as nações significa articulá-las em termos da luta de classes. O autor afirma em relação às nações modernas:

As matrizes espacial e temporal são pressupostos de relações de produção apenas porque elas se materializam aí como luta de classes: surgem historicamente como produto desta luta. Mas, sob esse aspecto, elas não são o produto de uma classe-sujeito da história, elas são a resultante de um processo: a história é o processo da luta de classes. A nação moderna não é portanto a criação da burguesia, mas a resultante de uma *relação* de forças entre as classes sociais “modernas”, na qual estão igualmente *em jogo* diversas classes (POULANTZAS, 2000, p.115).

Para Melo (2005), os principais Organismos Internacionais que buscam

defender os interesses do capital mundial, bem antes do fim do século XX, já viam o neoliberalismo ortodoxo como um conjunto de proposições político-econômicas pouco eficazes na resolução dos problemas sociais mundiais. A continuidade da dominação e da hegemonia burguesa dependia de adequações, diretrizes e normas mundiais que fossem capazes de restabelecer a ordem e o desenvolvimento capitalista. Nesse cenário, os Organismos Internacionais aumentam, ainda mais, sua força de intervenção.

Objetivando instituir uma linguagem hegemônica nos anos 1990, organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial fazem a apologia de uma cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que instituições sociais, comunidades e cidadãos participariam ativamente de seus destinos e de seu progresso e sucesso no mundo do trabalho a partir de suas habilidades e competências. Saberes que cada um, de forma individual, teria a responsabilidade de construir para si próprio, como aquisição de um capital de conhecimento (MELO, 2005, p. 69-70).

Tal capital de conhecimento, importante para que a sociedade civil, de forma ativa, busque soluções para os problemas sociais, foi amplamente trabalhado com os jovens e educadores, no decorrer do “Encontro Internacional da Amizade”, como já explicitamos acima.

A solidariedade e a tolerância entre os indivíduos se constituem, portanto, em importante referência para a sociabilidade do século XXI, buscando estabelecer a coesão social e desenvolver a harmonia entre os diferentes, consolidando a chamada cultura de paz.

A Terceira Via, ao propor uma política que visa reduzir os antagonismos de classe em diferenças entre grupos de indivíduos, (re)definir a sociedade civil nos marcos da solidariedade, tornar a economia mais justa sem romper com o neoliberalismo, busca construir uma aparência envernizada para dar continuidade e aprimorar o projeto de mundo defendido pela burguesia.

Em 2003, os sentidos atribuídos ao esporte no Encontro “Internacional da

Amizade” foram ampliados e defendidos pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A resolução 58/5 intitulada: “O esporte como meio para promover educação, saúde, desenvolvimento e paz”, proclamou o ano de 2005 como o ano Internacional do Desporto e da Educação Física. Além disso, procurou delinear metas a serem alcançadas pelo mundo através da mediação esportiva. Vejamos a tabela.

Tabela 4 - Metas para o novo milênio.

Metas	Como alcançá-las através da mediação esportiva.
Erradicar a extrema pobreza e a fome.	Proporcionar oportunidades de desenvolvimento. Icentivar a indústria do esporte, bem como a organização de grandes eventos desportivos. O esporte fornece habilidades essenciais para uma vida produtiva.
Alcançar o ensino primário universal.	O esporte promove positivamente valores e habilidades nos jovens. Atividades esportivas torna a escola mais atrativa e melhorara o rendimento do aluno.
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	O esporte ajuda a mulher ganhar confiança e se integrar socialmente. Envolver meninas em atividades esportivas junto com os meninos podem ajudar a superar preconceito.
Reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna.	O esporte pode ser um meio eficaz para proporcionar às mulheres um estilo de vida saudável.
Combater o HIV / Aids, a malária e outras doenças.	O esporte pode ajudar a transmitir mensagens de prevenção, pode efetivamente ajudar a superar preconceitos, estigma e discriminação, favorecendo uma melhor integração social.
Garantir a sustentabilidade ambiental.	O esporte é ideal para aumentar a conscientização sobre a necessidade de preservar o meio ambiente.
Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.	O esporte oferece inúmeras oportunidades para parcerias inovadoras para o desenvolvimento e pode ser usado como uma ferramenta para criar e fomentar parcerias entre países desenvolvidos.

Fonte: *Elaboração própria do autor a partir do documento da ONU (2003).*

Desta forma, além dos Estados aceitarem o ano de 2005 como o ano internacional do desporto, também buscaram preencher suas agendas políticas com as questões e ações voltadas para a cultura esportiva.

Segundo o documento, o esporte ganha tamanha adesão, posto que pode desempenhar um “papel importante” ao nível individual, comunitário, nacional e mundial.

Para o indivíduo, o esporte melhora suas habilidades pessoais, saúde geral e auto conhecimento. Em nível nacional, o desporto e a educação física contribuem para o crescimento social e melhoraria da saúde pública de diferentes comunidades. No nível global, se usados de forma consistente, o desporto e a educação física podem ter um impacto positivo e duradouro no desenvolvimento das nações, na saúde pública, na paz e no meio ambiente (ONU, 2003, p.5).

De acordo com Kofi Annan, o então secretário-geral da ONU nesse período, o esporte “pode ser uma força poderosa para promover o bem na vida das pessoas devastadas pela guerra ou pobreza – especialmente as crianças” (In. ONU, 2003, p.2). De modo semelhante, seu assessor, Adolf Ogi afirma: “Em conjunto com governos, sociedade civil e do sistema das Nações Unidas, o mundo vai ajudar a demonstrar o valor e o poder do esporte paara melhorar a educação, saúde, desenvolvimento e chegar a uma paz duradoura” (In. ONU, 2003, p.2).

A resolução 58/5 também prevê que o esporte tem a capacidade de “inserir as mulheres nas relações sociais”

As habilidades e valores aprendidos através do desporto são especialmente importantes para as meninas, já que eles têm menos oportunidades do que os meninos para a interação social fora de casa e além das redes familiares. Através do esporte, as meninas têm a oportunidade de serem líderes e melhorar a sua confiança e auto-estima. Como as meninas começam a participar em atividades desportivas, eles também adquirem novas relações interpessoais e do acesso às novas oportunidades, permitindo que se tornem mais engajadas na vida da escola e da comunidade.(ONU, 2003, p.6).

Historicamente, as meninas – futuras mulheres trabalhadoras – têm tido um inserção subordinada nas relações sociais de produção e no próprio convívio social. Sabemos, no entanto, que essa inserção subordinada é funcional para a reprodução ampliada do capital.

Toledo (2010), em seus estudos sobre a condição da mulher trabalhadora, afirma que o modo de produção capitalista vale das diferenças para ampliar as margens de lucros e que as mulheres cada vez mais têm sido encorajadas a colaborar “em prol de um suposto objetivo comum, que poderia ser alcançado pelas mulheres, caso elas lutassem juntas, independente de origem ou classe social” (p.65). Ainda segundo a autora, esse modelo de pensar e agir vem ganhando cada vez mais força com a difusão das teses pós-modernas que apregoam o fim da história e da luta de classes, dando origem a uma nova ordem mundial.

Mais especificamente, no que concerne a educação, segundo o documento, o esporte desenvolve “valores essenciais e habilidades para a vida, incluindo a auto-confiança, trabalho em equipe, comunicação, inclusão, disciplina, respeito e *fair play*” (ONU, 2003, p.6), e ainda, protege o psicológico do aluno melhorando a concentração e sua participação nas aulas, sobretudo na educação básica. Conclui-se, portanto, que o esporte aparece como panacéia dos problemas que envolvem a educação, os quais certamente estão localizados em solos muito mais profundos. Ainda mais se levarmos em consideração o quadro de desemprego estrutural e as crises do capitalismo, que juntos remodelam a educação sempre na perspectiva do mercado, lhe atribuindo uma alta carga ideológica.

Para Frigotto (1994), dentre as conseqüências da crise do capital na educação,

pode se citar a subordinação mais imediata da formação humana às leis do mercado, tendo ainda no plano epistemológico a difusão da tese da “sociedade do conhecimento” e o fim da sociedade do trabalho. Segundo esse autor, as orientações para a formação – sociedade do conhecimento, qualidade total, formação flexível, polivalente e educação geral abstrata – assumem, nesse sentido, uma postura cínica, “uma espécie de jogo do truco, onde o blefe é uma tática singular” (p.35). Ou seja, a educação assume, entre outras coisas, uma postura ideológica mais eloqüente.

Segundo Neves (2005), situar a educação como política social do Estado capitalista significa compreender as mudanças qualitativas em relação à produção das mercadorias, das estruturas jurídico-políticas e das relações sociais globais imbricadas numa correlação de forças.

Isto significa, na realidade, admitir que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, com o alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais –, como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (NEVES, 2005, p.16).

Portanto, parece haver um consenso entre Frigotto (1994) e Neves (2005) ao defenderem que a educação, dentro da recomposição das forças produtivas capitalistas, assume um importante papel na formação técnica e ético-política do novo trabalhador. De forma mais específica a educação é direcionada para formar no trabalhador

as competências básicas exigidas para a “empregabilidade” e a nova “sociabilidade”, pautadas na afirmação da individualidade (ANDERSON, 1995; GENTILI, 2005).

Na prática, a formação para a “empregabilidade”, fundamentada no empreendedorismo, busca fornecer as competências técnicas e ético-políticas para o indivíduo se manter empregado. Entretanto, se o trabalhador não consegue se empregar é porque não adquiriu competências suficientes ou não se interessou em obtê-las, com isso a educação transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso pessoal e profissional (GENTILI, 2005).

No que diz respeito à saúde relacionada ao esporte, o documento defende que as principais causas de até 60% das mortes no mundo, estão ligadas a pessoas inativas, e que o esporte e a educação física são “são cruciais para a vida longa e saudável. O esporte melhora a saúde e o bem-estar, aumenta a expectativa de vida e reduz o risco de várias doenças não-transmissíveis incluindo a doença cardíaca” (ONU, 2003, p.7), além disso é essencial para manter a saúde da mente e construir “valiosas conexões sociais”.

Segundo Loureiro e Della Fonte (1997), é a visão funcionalista sobre saúde que permite este tipo de afirmação: a prática de esporte como solução para os malefícios da vida moderna. Para os autores, essa afirmação demonstra a superficialidade que tem se abordado o tema saúde, qual seja: as doenças ou “morbidades” não têm nada a ver com as relações sociais concretas e sim com um desvio dos indivíduos, ou seja, uma não adesão consciente de hábitos mais saudáveis.

Podemos observar que a estrutura social capitalista determina e legitima várias idéias, valores e atitudes altamente

patológicos. Por um processo de naturalização, essas patologias são apresentadas como inerentes ao ser humano. Longe de serem compreendidas como patologias, elas são tidas como qualidades. Assim, aceita-se como normal a busca do lucro como objetivo de toda atividade econômica, a exploração do homem pelo homem, o individualismo, a competitividade e a ambição como valores modernos, a repressão de idéias e sentimentos rotulados como tabus, a satisfação imediata de desejos como tradução da felicidade, a reificação das pessoas e das relações sociais e a alienação (LOUREIRO e DELLA FONTE, 1997, p.2)

Em outras palavras, o modo de vida/trabalho, ainda sobre a égide de uma sociedade classista, conserva uma estrutura de poder e uma política mundial de grandes impactos no que concerne à sobrevivência dos indivíduos. Nessa direção, a preocupação dos Organismos Internacionais consiste, também, em criar certa ideologia que vai “tornar” os indivíduos os únicos culpados ou responsáveis pelo seu estado de saúde.

O esporte, nesse caso, torna-se um poderoso instrumento que visa dinamizar toda essa estrutura ideológica que gira em torno das relações sociais capitalistas, que em última instância não permite condições dignas de trabalho, acesso igual às tecnologias e profissionais da área da saúde. Os riscos derivados da produção de mercadoria para o lucro capitalista são diversos e ligados a inúmeras causas: radiações, ruídos, frio e calor intenso, pressões anormais, umidade, poeiras, gases, vapores, compostos químicos, esforço físico intenso, controle de alta produtividade, trabalho noturno, monotonia, trabalho repetitivo, máquinas e estruturas mal conservadas, entre outras causas.

Diante dessa reflexão é possível afirmar que a pretensa saúde relacionada

ao esporte, defendida pelos Organismos Internacionais, serve duplamente à reprodução da sociedade capitalista. Se, de um lado, busca convencer as pessoas de que a “ausência de saúde” é uma escolha consciente e natural de hábitos não saudáveis, por outro, busca ocultar as contradições do modo de vida/trabalho em uma sociedade de classes.

CONCLUSÃO

A repercussão negativa das relações capitalistas contemporâneas nas formações sociais nacionais – tais como: aumento da desigualdade social, perdas de direitos trabalhistas, desequilíbrio ambiental, aumento da exploração, aumento da violência no campo e nas cidades, surtos de doenças e principalmente a não garantia de direitos básicos como saúde, transporte, educação e outros – podem ser contrabalanceados a partir da fórmula mágica que o esporte assume na ótica dos Organismos Internacionais, qual seja: segundo a resolução 58/5, o esporte oferece uma oportunidade de inclusão moral e social dos sujeitos marginalizados, rompe com barreiras culturais em relação ao sexo, a deficiência e outras discriminações, através do esporte o sujeito excluído torna-se livre, igual e liberto das mazelas sociais.

De acordo com Pina (2009), existem modos antagônicos de compreender a segregação de grupos historicamente discriminados. O autor aponta que no debate contemporâneo sobre a “exclusão” predominam os entendimentos ancorados na “pós-modernidade”, cuja dimensão ideológica reforça as relações sociais capitalistas. A forma pós-moderna de entender a exclusão

(...) teria tornado o paradigma da luta de classes ultrapassado para tratar dessa temática, visto que a lógica da “exclusão” não estaria necessariamente sincronizada ou dependente da forma pela qual se justifica ou circula o poder econômico. Dito de outra forma, esse entendimento buscou ressaltar que a “exclusão”, sendo efeito de práticas não econômicas, deveria ser entendida para além de clivagens clássicas calcadas no aspecto econômico, centradas na relação capital trabalho ou pautadas em relações de hegemonia. [...] A tomada de consciência das situações de “exclusão” gerou uma demanda para resolução dessas situações. Daí o surgimento de formulações que buscam resolver a problemática da “exclusão”. Dentre essas formulações, pode-se destacar os paradigmas da integração e da inclusão, que, tendo emergido, em diferentes épocas, tornaram-se predominantes na sociedade (PINA, 2009, p.67-68).

Ainda segundo Pina (2009), a configuração do capitalismo, principalmente nos anos iniciais do século XXI, vem ordenando uma série de iniciativas que visam estabelecer a coesão social sem alterar os fundamentos da sociedade. Para esse autor, a orientação pós-moderna, que consiste em aporte teórico e político para tratar as questões sociais, está identificada com o aspecto ideológico do neoliberalismo. É por isso que, sob essa orientação, a exclusão não é entendida como resultado de procedimentos de “inclusão forçada” (FONTES, 1996) utilizados pelo bloco no poder para adequar os “desviantes” à disciplina exigida pelo capital.

Os fundamentos e desdobramentos da nova estrutura de poder global, apregoados pela Terceira Via, sugerem portanto, uma “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2005), que, por sua vez, está ancorada nos rumos envernizados da

política-econômica neoliberal que cada vez mais vem ganhando novos adeptos no mundo inteiro. Trata-se de um modo contemporâneo de reafirmar a velha política de dominação de uma classe sobre a outra, porém, agora, com foco especial na sociedade civil, lócus privilegiado para a construção da hegemonia.

As bases dessa construção recaem na tentativa de esvaziamento dos antagonismos presentes numa sociedade cindida por classes, através da “pequena política”, que tem por objetivo principal, alinhar a realidade e a prática social da sociedade civil nos marcos do consenso, ou seja, em adesão, inconsciente ou consciente, ao modo de produção capitalista.

A partir de todos esses apontamentos, pode-se concluir que o “Estado cosmopolita” orientado pelos Organismos Internacionais tem como eixo central definir uma nova sociabilidade que coincida com os interesses do bloco historicamente dominante, uma vez que, reduz as contradições de uma sociedade de classes a simples disparidades possíveis de serem solucionadas através de um pacto social entre os indivíduos e organizações presentes na sociedade civil. São diversas as políticas que esse Estado lança mão para difundir tal ideologia, sendo a política social de esporte, talvez, devido sua grande penetração no mundo, a principal delas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

- DELLA Fonte, Sandra S. LOUREIRO, Róbson. A Ideologia da Saúde e a Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 18 (2), janeiro de 1997.
- FONTES, Virgínia, Capitalismo, exclusões e inclusões forçada. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 34-58.
- FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador alternativa democrática. In. GENTILI, P; SILVA, T. T. S (Org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Vozes, 1994, p. 31-92.
- GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego a desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, Gaudêncio (org). **Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Editora Record, 5ª Edição, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MELO, Adriana Almeida Sales de. Os organismos internacionais na construção de um novo bloco histórico. In NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p.69- 82.
- NEVES, L. M. W, A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In. NEVES, L. (org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.85-125.
- PINA, L. D. **As ilusões do paradigma da inclusão na produção teórica da Educação Física**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- TOLEDO, F. A. **O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a Formação da Mulher Trabalhadora**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- NAÇÕES UNIDAS. **Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio**. Nações Unidas, 2003
- UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris, 1995.
- UNESCO. **Encontro Internacional da Amizade**. França, 2001.

**STATE COSMOPOLITAN, INTERNATIONAL ORGANIZATIONS AND THE THIRD WAY:
the sport as a Social Policy**

ABSTRACT

The following text seeks to contribute to a better understanding of the role of international organizations in (re) affirmation of the current “historical bloc” and question the fundamentals of “cosmopolitanism” advocated by the Third Way. Two documents were analyzed. The first published by UNESCO and the second by the UN. These documents give the “sporting culture” the task of correct social distortions, organizing civil society to make it more cohesive, spread a culture of peace and tolerance. Therefore, the effort was to grasp the main objectives and guidelines contained in the documents for the construction of current public policies for sport and the “new” sociability underway.

Key-words: State; International Organizations; Public Policy; Sports; Culture of Peace

Recebido em: março/2014

Aprovado em: maio/2014